



Reunião Tripartite da Câmara Setorial Rural

20 de setembro de 2004

Participantes:

Bancada do Governo: Osvaldo Bargas, Nelson Santos, André Bucar (assessora: Eneida Vinhaes Bello Dultra).

Bancada dos Trabalhadores: Volmir Santolin (CUT) Elizeu Hermes Araújo (Força Sindical) Manoel José dos Santos (Contag), Francisco Miguel de Lucena (Contag), Hilário.

Bancada dos Empregadores: Rodolfo Tavares, Clóvis Veloso de Queiroz Neto, Jorge Miranda Ribeiro.

No dia 20 do mês de setembro do ano de 2004, às 16h00, no edifício sede da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), teve início a 2ª Reunião tripartite da Câmara Setorial Rural, com o objetivo de definir o enquadramento e contribuição sindical dos agricultores familiares.

O coordenador da Bancada do Governo, Secretário Osvaldo Bargas, iniciou a reunião relatando as reuniões bilaterais realizadas no período da manhã entre a bancada dos trabalhadores e dos empregadores e no início da tarde, entre os representantes do governo e dos empregadores (14hs às 15hs) e entre os representantes do governo e dos trabalhadores (15hs às 16hs). Relatou, ainda, que nas diversas reuniões bilaterais realizadas entre as bancadas de empregadores e de trabalhadores entre a 1ª e 2ª tripartite da Câmara Setorial Rural, ficou configurado o impasse quanto ao enquadramento e contribuição sindical dos membros da agricultura familiar. Para Bargas nessas reuniões ficaram bem demarcadas as posições e dificuldades das bancadas. No entanto, diante do impasse será preciso resgatar a metodologia do FNT, em que, ouvidas as partes, o debate será realizado com base na proposta mediadora/ alternativa elaborada pelo Governo. Propõe que se estabeleça uma data para que as bancadas apresentem oficialmente a íntegra de suas propostas, a partir das quais o Governo elaborará uma proposta conciliadora, pois é fundamental que se chegue a um resultado negociado sobre a questão de modo a facilitar a sua aprovação no Congresso Nacional. Em seguida, consultou as demais bancadas sobre a proposta de encaminhamento apresentada.

O coordenador da bancada dos empregadores, Sr. Rodolfo Tavares, apresentou a concordância da sua bancada com o encaminhamento proposto pela bancada do governo.

O representante da bancada dos trabalhadores, Sr. Francisco Lucena, informa que a bancada concorda com o encaminhamento, mas ratifica que não houve consenso entre as partes sobre pontos fundamentais: enquadramento e sustentação financeira das entidades sindicais rurais. É fundamental, portanto, que a bancada de trabalhadores e de empregadores realizem esforços para apresentarem propostas alternativas.

O coordenador da bancada dos trabalhadores, Sr. Manoel Santos, pondera que, com vistas ao bom andamento das negociações, é preciso deixar claro a importância do diálogo, mas também quais são os limites da negociação. Para ele, as bancadas devem ser objetivas e tratar da questão central a ser discutida na Câmara Setorial Rural. Caso não se consiga o



acordo, é preciso que o Governo use de suas atribuições para mediar e apresentar soluções alternativas para o debate. Ressalta que a CONTAG é uma organização que representa os assalariados e também os pequenos produtores que empregam mão-de-obra eventual, como costume típico de determinadas culturas e regiões no período de cultivo ou colheita, sem que o torne empregador. Da mesma forma muitos associados dos sindicatos rurais patronais não empregam mão-de-obra. É preciso aprofundar a conceituação do que é o agricultor familiar ou agricultor de subsistência. Para que a Câmara Setorial Rural avance rumo a um acordo, é preciso que a bancada dos empregadores avance na sua proposta, pois mantida a proposta já apresentada, em que qualquer contratação de um dia é contribuinte das entidades sindicais patronais do setor rural, será impossível chegar a um acordo.

O representante da bancada dos trabalhadores, Sr. Volmir Santolini, apresenta-se como indicado da CUT, como suplente do titular da bancada, Sr. Altemir Tortelli, e lembra que é preciso que se evite a radicalização de posições. Para ele, deve-se garantir que cada instituição delimite o seu público, mas também que tenha em vista a melhor forma de representar o trabalhador rural e pequeno proprietário. É preciso avançar em uma proposta de conceituação da concepção da agricultura familiar e da agricultura patronal, bem como de critérios claros de representação e organização sindical. Isso não pode ser feito por critérios impostos, mas observada a realidade, a exemplo do uso de mão-de-obra que muitas vezes não é paga, mas trocada entre núcleos familiares. Muitos dos que estão no enquadramento das entidades patronais, pela proposta apresentada pela bancada dos empregadores, continuarão sendo representados pelas entidades sindicais de trabalhadores. A melhor definição é aquela acordada. A legislação deve também ser flexível o suficiente para permitir que os representados optem pela organização que tiver melhor condição de representá-los.

O representante da bancada do governo, Sr. Nelson Santos, solicita que nas propostas a serem encaminhadas pelas bancadas, sejam indicados quais foram os pontos já acordados nas reuniões bilaterais.

O Sr. Manoel Santos, ressalta que os acordos subsidiários dependem da questão fundamental sobre a definição do enquadramento sindical das entidades envolvidas na negociação.

O Secretário Bargas concorda e ressalta que é preciso definir a questão do enquadramento antes de avançarmos para as questões seguintes como a sustentação financeira. Ressalta a importância na Câmara Setorial Rural, pois esta é a possibilidade que ambas as bancadas cheguem a um acordo que beneficie a todos, pois se a decisão couber ao Congresso Nacional, corre-se o risco de uma solução de que alguma das instituições representativas do setor rural seja prejudicada.

O Sr. Rodolfo Tavares ressalta que o conceito de empregador e de trabalhador está definido. Resta a definição desta “zona cinzenta” que pode ser separada em 3 aspectos: 1) Agricultura de subsistência; 2) Agricultura Familiar; 3) Pequeno proprietário. Talvez seja necessário definir um duplo critério para o enquadramento. Além disso, é fundamental apresentar as propostas, mas, também, observar os consensos já estabelecidos pelo FNT. Exemplo disso é a questão da sustentação financeira. Será discutida apenas a questão referente à contribuição desse segmento produtivo familiar, visto que o FNT já definiu as regra geral para a contribuição dos empregados e dos empregadores rurais. A bancada dos trabalhadores, portanto, se compromete a apresentar a sua proposta a partir do que já foi discutido, sempre em busca do diálogo e do consenso. Na oportunidade, pergunta se a



bancada dos trabalhadores, mas precisamente a CONTAG, ficará com a proposta do FNT ou do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

O Sr. Francisco Lucena, reafirma o compromisso da CONTAG com o FNT, mas lembra que durante a negociação da reforma sindical a CONTAG fez questão de colocar no relatório final a ressalva de que as especificidades em relação à organização sindical, negociação coletiva e composição de conflitos do setor rural seriam debatidas em uma negociação específica.

O Sr. Manoel Santos esclarece que doravante, a discussão dar-se-á com base na proposta do Governo após o subsídio dado pelas bancadas de trabalhadores e empregadores com a entrega de suas propostas. Em resposta ao Sr. Rodolfo Tavares, deixa claro que a CONTAG está dentro do FNT, embora também tenha participado dos debates no FST. Mas a CONTAG nunca concordou com os encaminhamentos dados pelo FST e sempre defendeu a participação no FNT.

O Sr. Rodolfo Tavares, reafirma que ao concordar com o encaminhamento do Governo, a bancada dos empregadores está se comprometendo a apresentar uma proposta diferente da que já foi apresentada. Até porque, a apresentação das mesmas propostas já discutidas levarão à permanência do impasse. A bancada reafirma, portanto, seu compromisso na busca de uma proposta alternativa que facilite a obtenção do consenso. Ressalta que a bancada dos empregadores não gostaria de encerrar a negociação bilateral entre empregadores e trabalhadores, pois entende que ainda havia espaço para negociação, mas concorda com o encaminhamento proposto pela bancada do Governo.

A Bancada do governo propôs como data para entrega da proposta à Secretaria do FNT o dia 15/10/2004, o que foi aceito pelas bancadas de empregadores e de trabalhadores. Em seguida o Governo elaborará uma alternativa a ser encaminhada na próxima reunião desta Câmara Setorial.

Nada mais havendo foi encerrada a reunião às 18:00.